

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

DIRCE AKEMI SATAKE ARASHIRO

**INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE AUDITIVO TOTAL NO ENSINO
REGULAR: CONCEPÇÃO DA FAMÍLIA E DO PROFESSOR MEDIADOR DE
UM ALUNO DO 6º ANO DE UMA ESCOLA DE JARDIM-MS**

JARDIM-MS

2012

DIRCE AKEMI SATAKE ARASHIRO

**INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE AUDITIVO TOTAL NO ENSINO
REGULAR: CONCEPÇÃO DA FAMÍLIA E DO PROFESSOR MEDIADOR DE
UM ALUNO DO 6º ANO DE UMA ESCOLA DE JARDIM-MS**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Letras Habilitação Português-Inglês da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Professora Especialista Cláudia M. M. Américo dos Reis

**JARDIM-MS
2012**

DIRCE AKEMI SATAKE ARASHIRO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE LETRAS HABILITAÇÃO PORTUGUÊS-INGLÊS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE AUDITIVO TOTAL NO ENSINO
REGULAR: CONCEPÇÃO DA FAMÍLIA E DO PROFESSOR MEDIADOR DE
UM ALUNO DO 6º ANO DE UMA ESCOLA DE JARDIM-MS**

APROVADO EM: _____/_____/_____

Orientadora: Especialista Cláudia M M Américo dos Reis

UEMS-JARDIM

Professora Élide Rojas Franco

Professora Patrícia Gressler

ARASHIRO, Dirce Akemi Satake “Inclusão do aluno Deficiente auditivo total no ensino regular: concepção da família e do professor mediador de um aluno do 6ºano de uma escola de Jardim- Ms” Dirce Akemi Satake Arashiro Jardim:UEMS,2012.33 Páginas

Bibliografia

Monografia de Graduação-Curso de Letras Habilitação Português- Inglês-Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

1.INCLUSÃO 2.DEFICIENTE AUDITIVO 3.APRENDIZAGEM

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a permissão para publicação e reprodução de cópia(s) deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) somente para propósitos acadêmicos e científicos, resguardando-se a autoria do trabalho.

Dirce Akemi Satake Arashiro

Para os meus amados pais: Massami e Akiyo sempre presentes na minha vida; para meu querido marido Carlos; para meus queridos filhos Jhonny e Jéssica e em especial á minha sogra Rosa e aos meus queridos irmãos Cláudio e Lídia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada. Agradeço também ao meu querido marido, Carlos, que de forma especial me deu força e coragem e sempre incentivando e apoiando nos momentos de dificuldades e também ao meus filhos queridos, Jhonny e Jéssica pela compreensão nos momentos difíceis.

Também não devo esquecer da minha orientadora Cláudia Américo do Reis pela paciência e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia e a todos os professores do curso de letras, da Universidade de Mato Grosso do Sul Unidade de Jardim, que foram tão importantes na minha vida acadêmica.

As queridas amigas Josiane Pacheco Soares, Rusvânia Duarte pela amizade e apoio constante e especialmente a minha gratidão a minha querida Patrícia Fernanda Lisboa e aos colegas pelo convívio e pela compreensão durante os anos de vivência acadêmica.

Agradeço em especial a prof^ª. Eliete Matricardi, que nos transmite de forma tão especial força e coragem para poder seguir o nosso caminho, estimulando a continuar construindo minha vida profissional e a enfrentar e aprender com os problemas que aparecem em meu caminho.

A todos que participaram desta batalha, a minha eterna gratidão, obrigada!

" Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas. Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acarícia, desejo que sacia, amor que promove. E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido a vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. **Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.**"

Cora Coralina(1989)

RESUMO

Arashiro, Dirce Akemi Satake "Inclusion of deaf students in regular education: design family mediator and teacher of a 6th grade student at a school garden-ms" Dirce Akemi Satake Arashiro Jardim: UEMS, 2012 (33 pages) f.TCC (undergraduate) course - Letters hab. Port. Ingl., State University of Mato Grosso do Sul, Jardim, 2012.

Hoje nas escolas a inclusão tem sido um assunto de ordem primordial, sendo bastante debatido e vivenciado.

A freqüentar as classes de ensino regular, tem-se buscando adaptados a essa mudança educacional, tanto pelos educadores como famílias onde em ações conjuntas, visam soluções para minimizar as dificuldades encontradas nesse percurso. Objetivando com esse estudo analisar as ações existentes na E.E.C.J, ações estas voltados especificamente para um aluno do sexto ano do ensino fundamental, visando analisar suas experiências, de sua família e dos profissionais envolvidas no processo ensino aprendizagem do mesmo. Os dados foram levantados através de questionário que incluem perguntas sobre o desenvolvimento individual do mesmo, quais os recursos disponíveis, o domínio da Libras e a importância da aprendizagem da Língua Portuguesa.

Após a análise dos dados foi possível comprovarmos a necessidade e a importância do apoio especializado para a atuação do professor, que na maioria das vezes desconhece informações básicas que podem ser consideradas fundamentais para o bom desenvolvimento do aluno e da família no intuito de ajudar o aluno em questão na inserção do processo ensino/aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVES: 1 INCLUSÃO; 2. DEFICIENTE AUDITIVO 3. APRENDIZAGEM

ABSTRACT

ARASHIRO, Dirce Akemi Satake "Inclusion of deaf students in regular education: design family mediator and teacher of a 6th grade student at a school Jardim-ms" Dirce Akemi Satake Arashiro JARDIM: UEMS, 2012 (37 pages) f.TCC (undergraduate) course - Letters hab. Port. Ingl., State University of Mato Grosso do Sul, Garden, 2012

Today inclusion in schools has been a matter of prime order, being debated and very experienced.

The attending regular education classes, has been trying to adapt to this change in education, both by educators and families in which joint actions, seek solutions to minimize the difficulties encountered along the way. Aiming to this study to analyze the existing shares in EECJ, these actions specifically tailored to a student's sixth year of elementary school in order to analyze their experiences, their families and professionals involved in the learning process of it. The data were collected through a questionnaire including questions up individual development of it, what resources are available, the field of Pounds and the importance of learning the Portuguese language.

After analyzing the data it was possible prove the need and importance of specialized support for teacher performance, which mostly ignores basic information that can be considered essential for the proper development of the student and family in order to help the student in question in the insertion of teaching / learning process.

KEYWORDS: 1-INCLUSION 2. HEARING IMPAIRED 3. LEARNING

Tabelas e gráficos:

Gráfico 1- Dificuldades enfrentadas na Inclusão do ANEE(deficiente auditivo).....20

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO I.	
1.1- CONCEITUANDO EDUCAÇÃO INCLUSIVA:.....	15
1.2-PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ESCOLA INCLUSIVA.....	16
1.3- PAPEL DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DO ANEE.....	17
1.4-EDUCAÇÃO PARA TODOS E OS PCNs.....	18
CAPITULO II	
ANALISE DOS DADOS	
2.1-HISTÓRICO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASIL.....	20
2.2-INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM SALAS DO ENSINO REGULAR :UMA VIVENCIA REAL.....	21
2.3- A LÍNGUA PORTUGUESA E OS ALUNOS SURDOS.....	27
3-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
BIBLIOGRAFIA.....	33
ANEXOS	

INTRODUÇÃO:

Este trabalho de conclusão de curso objetiva analisar como ocorre a inclusão de alunos surdos no ensino regular na Escola Estadual Coronel Juvêncio em Jardim-MS. Analisando assim de que forma a instituição cumpre o seu papel em relação ao que estabelece a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) sobre a inclusão social de portadores de necessidades educacionais, na escola regular; se a mesma possibilita a promoção do incentivo e o autonomia, se o discente é estimulado a adquirir o espírito crítico, criativo e se que o mesmo poderá exercer a sua cidadania.

Atualmente o contexto sócio educativo trata de forma intensiva o tema inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino. A legislação clara ao tratar da obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, livre de suas diferenças ou necessidades. Contudo, isso é insuficiente para o desenvolvimento adequado dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois as condições são inadequadas para a efetiva aprendizagem e desenvolvimento das potencialidades de cada um.

Assim sendo, buscamos discutir sobre o processo de inclusão na Escola Estadual Coronel Juvêncio em Jardim, MS, focalizando quatro etapas.

Primeiro trataremos do momento histórico em que a temática abordada é envolvida mostrando as diferentes estratégias de inclusão; em seguida, faremos uma breve alusão ao termo “Necessidades Educacionais Especiais”; não deixando de mencionar a função da escola e o papel do professor nesse processo onde focaremos a importância da relação entre professor/aluno para o sucesso da aprendizagem, levantando proposições e sugestões possíveis nas ações da prática do dia-a-dia, aos professores do ensino regular que atuam nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, que no decorrer do ano letivo se deparam com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Por fim, apresentamos os dados coletados de forma qualitativa e quantitativa resultado da entrevista realizada com o professor do 6º ano do ensino regular sobre a prática escolar e o processo de inclusão, do aluno e da família.

A inclusão do portador de necessidade auditiva na sociedade dominante é um grande desafio para o sistema educacional, pois lá o preconceito, falta de educadores qualificados e ambiente adequado para o atendimento deste aluno e para que seja desenvolvida de acordo com a concepção expressa na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) documentos que norteiam a educação inclusiva no Brasil.

Este estudo tem base qualitativa e quantitativa, pois busca entender a relação de causa e efeito de um fenômeno para então chegar a uma conclusão sobre a problemática adotada. Utilizados a pesquisa bibliográfica para embasar as análises a serem realizadas, isto ocorreu devido a necessidade de entender os processos de inclusão dos alunos com necessidade educacionais especiais.

A E.E. Coronel Juvêncio, local escolhido para a realização da pesquisa e esta localizada Avenida Duque de Caxias nº 160 no centro de Jardim -MS, foi criada em 31/03/1949, como Escola Pública Municipal "Coronel Juvêncio", pertencente na época ao município de Bela Vista, onde mais tarde passou a pertencer ao município de Jardim. Em 11/03/1975 passou a se chamar Escola Estadual de 1º Grau Coronel Juvêncio onde mais tarde passou a oferecer o então 2º grau. A escola hoje oferece a Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) e a Educação de Jovens e Adultos- Ensino Fundamental e atendimento na Sala de Recursos Multifuncional.

A escola foi criada através do Decreto nº 638 de 31/03/1949, e integrada pelo decreto nº. 2498 de 11/03/1975. A atribuição da denominação da Escola Estadual Cel. Juvêncio se deve a uma homenagem ao tenente Coronel Juvêncio Manoel Cabral de Menezes. A primeira Diretora foi Dona Wanda Wolf, esposa do Major Ivan Wolf, formam o Curso Normal (também conhecido como Magistério). Esta escola foi à primeira, a funcionar regularmente, fundada e autorizada pelo Estado de Mato Grosso, portanto com 70(setenta) anos de existência. Ela estruturada fisicamente com 14 salas de aula, que recebem aproximadamente 560 alunos, distribuídos no Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio, e funciona nos três turnos, com os alunos provenientes de vários bairros da cidade de Jardim- MS e de cidades vizinhas. As instalações físicas do prédio são muito precárias é a uma das instituições de ensino mais antiga do município e por isso precisa ser reformada, tem um amplo pátio com quadra esportiva coberta, espaço para apresentações teatrais, onde são feitas reuniões com os pais, secretaria, sala dos professores, sala da diretoria, biblioteca salas de leitura, sala de tecnologias que conta com 20(vinte) computadores, data show, televisão e vídeo.

Em sua estrutura física encontramos as salas de aula, uma destinada a sala de informática, onde pelo menos uma vez por mês os alunos possuem aulas nesse ambiente. A escola também tem a sala de recursos multifuncional que tem por objetivo receber e auxiliar alunos com dificuldades educacionais e necessidades especiais. Onde os corredores e os banheiros não estão adaptados para receberem alunos com necessidades especiais, sendo um

grande problema, já que a escola atende vários estudantes com este tipo de déficit inclusive alunos cadeirante.

Para a concretização deste trabalho realizamos uma pesquisa de campo envolvendo professor mediador, o responsável e o aluno portador de necessidade especial auditiva da Escola Estadual Coronel Juvêncio em Jardim-MS, através de um questionário com dez perguntas a respeito do tema em discussão (Inclusão deficiente auditivo no Ensino Regular).

Esta escola esta inserida na realidade educacional vigente na atualidade, pois o país se mobiliza para sistematizar a proposta de inclusão dos portadores de necessidades especiais, um dos grandes desafios nas instituições de ensino, porque envolve diversos profissionais. Percebemos ainda que é um grande desafio o atendimento aos estudantes com necessidades educativas especiais, sendo que o educador e toda a comunidade escolar devem estar envolvidos na busca do desenvolvimento integral de todo, incluindo os alunos as com necessidades educacionais especiais, promovendo assim a oportunidade igualitária de acesso a ferramentas que os auxiliem na construção de seus conhecimentos linguísticos, físicos, psicológicos, sociais, intelectuais e culturais. Neste sentido, este estudo objetivou analisar o processo de inclusão e interação dos alunos com deficiência auditiva total na Rede Estadual de Ensino e a inserção dos mesmos em turmas regulares.

CAPITULO I

1.1- CONCEITUANDO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

Segundo Batista (2006) por educação inclusiva entende-se que “o processo de qualquer aluno independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras e serem recebidos em todas as escolas.”. Portanto a sociedade moderna apresenta o conceito educacional que visa uma escola inclusiva que reconheça a diversidade de seus alunos, não apresentando preconceitos contra as diferenças, atendendo de forma objetiva e satisfatória as necessidades de cada um.

É preciso considerar necessidades de implementação de uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os estudantes, oferecendo aos discentes com necessidades educacionais especiais, as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais acessíveis todos, respeitando as características individuais de cada um. Já a Educação Inclusiva vem ocorrendo através de metodologias que visem atender a diversidade. Os educandos portadores de necessidades educativas especiais incluídos em classes comuns.

O Estatuto da Criança e do Adolescente e a legislação atual encontram-se bastante avançados no que dizem respeito aos direitos das crianças brasileiras, onde o primeiro documento oficial a divulgar esse direito da criança a pré-escola e a creche foi a Constituição Federal de 1988 (Art. 227). Esse direito é confirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990 seguido da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) que rege o sistema de ensino educacional brasileiro.

Imediatamente as instituições de ensino devem estar preparadas para receber crianças com necessidades educacionais especiais, assim como evidencia a resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. De acordo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Art. 3º Por *educação especial*, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais

comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Art. 7º O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.(LDB,1996 p.85)

Assim amparados por Lei, o direito a educação regular fica mais acessível, proporcionando a oportunidade de um atendimento integral a todos, oportunizando uma realidade nova em nosso país baseada nas capacidades intelectuais de cada indivíduo.

1.2-PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ESCOLA INCLUSIVA

È necessário frisar que ao tratarmos a temática da “igualdade de oportunidade” e “educação para todos” não podemos esquecer que deve-se desenvolver as oportunidades educacionais para uma grande parcela da população de portadores de necessidades especiais, valorizando as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando qualidade de educação à todos através de um currículo adequado, estratégias de ensino flexível, uso de recursos tecnológico e adoção de projetos que visem a parceria com a comunidade envolvida nesse contexto social e cultural.

Lembremos também que para se incluir crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, é necessário pensar em cursos preparatórios que qualifiquem os profissionais envolvidos neste processo, principalmente aquele educador que irá interagir diretamente com essas crianças.

A educação dos deficiente auditivo total é um assunto polêmico, que traz a tona limitações e problemas do sistema educacional vigente. A proposta educacional direcionada para crianças surdas tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento pleno de suas capacidades, contudo, diferentes práticas pedagógicas envolvendo tais sujeitos, apresentam uma série de limitações, e estes ao final da escolarização fundamental (que não é alcançada por

muitos) não são capazes de ler e escrever satisfatoriamente ou ter um domínio adequado dos conteúdos.

Nesta visão deve-se perceber que a escola deve ser concebida como um estabelecimento capaz de difundir o conhecimento, onde todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver de forma adequada suas potencialidades, independentemente, de possuírem ou não uma necessidade na aprendizagem. A escola inclusiva precisa ter claro o reconhecimento de que cada estudante tem um potencial e um estilo de aprendizagem, ou seja, reconhecê-los como diferentes.

Consideramos que os aspectos acima mencionados são determinantes para o sucesso da política educacional inclusiva em uma instituição de ensino bem como a oferta de suporte educacional necessário para o desenvolvimento do seu processo de ensino e aprendizagem.

1.3- PAPEL DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR DO ANEE

É unânime a todos os estudiosos da área e aos educadores envolvidos no processo de aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais(ANEE), a afirmação de que é de suma importância a participação da família na vida educacional deste indivíduo, Kern (2004), afirma que “o cotidiano da escola regular é muito mais rico e imprevisível do que o da escola especial, isto porque a escola regular proporciona ao ANEE a oportunidade de vivenciar situações onde o mesmo é levado a resolver problemas e a agir como os alunos ouvintes (no caso do DA(deficiente auditivo) nos acontecimentos presentes no ambiente escolar durante a interação no recreio, na sala de aula, no próprio convívio com a comunidade escolar, realidade não vivenciada no ambiente escolar especial. O cotidiano destes alunos como evidencia Kern(2004) é mais previsível, voltado para o sentimento superprotetor objetivado pelas características da clientela. Portanto deve-se frisar que o convívio com os outros na escola regular, o fará encontrar desafios que irão despertar sua percepção para a problemas , proporcionando a oportunidade de sozinhos ou até mesmo com ajuda de amigos a solucioná-los.

Muitos autores afirmam que para que a inclusão ocorra de forma satisfatória a família deve exercer um papel primordial de construção do intelecto do sujeito, tornando-o um cidadão responsável por suas ações e seu desenvolvimento sócio-intelectual, assim a estimulação precoce, traz ao educando a possibilidade do desenvolvimento como um todo.

Batista(2006) afirma que “faz-se necessário que a família construa conhecimentos sobre as necessidades especiais de seus filhos, bem como desenvolva competências de

gerenciamento do conjunto dessas necessidades e potencialidades”, sendo que os responsáveis pela família de um indivíduo ANEE deve construir padrões de cooperação e coletividade objetivando romper com padrões emocionais e sentimentais para com as necessidades especiais de seus filhos.

1.4-EDUCAÇÃO PARA TODOS E OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs):

A partir da adoção dos PCNs pode-se perceber que as instituições escolares foram motivadas a participar do processo de inclusão de todas as crianças na escola, principalmente visando a inclusão de estudantes com necessidades especiais objetivando proporcionar aos mesmos compartilharem o mesmo ambiente com os demais colegas do ensino regular das classes comuns, segundo os documentos deve-se “respeitar a atenção à diversidade e manter a ação pedagógica “normal” parece ser um desafio presente na integração dos alunos com maiores ou menos acentuadas dificuldades para aprender”(1998,p.24).

Não se pode esquecer que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e os PCNs visam conscientizar a sociedade de que o atendimento especializado deve abranger todas as dificuldades educacionais existentes no ambiente escolar

“A expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s)”(PCNs,1998).

É fundamental observar que as necessidades especiais na escola são amplas e diversificadas, portanto define-se como portador de necessidades, segundo os PCNs(1998,p.59) aqueles que “... por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas.” Sendo trabalhado de forma inclusiva, mas não se esquecendo de respeitar suas limitações, exigindo do professor mais dedicação ao preparar suas atividades e tarefas em sala de aula.

Segundo aborda os PCNs (1998,p.23) cabe a instituição e ao professor conscientizar-se de seu papel em construir uma nova concepção que considere “os alunos, de um modo geral, como passíveis de necessitar, mesmo que temporariamente, de atenção específica e poder requerer um tratamento diversificado dentro do mesmo currículo” .A realidade educacional atual trabalha com a inclusão de diferentes necessidades educacionais decorrentes a

aprendizagem curricular, como o analisado nesta pesquisa o deficiente auditivo, requerendo do professor uma dinâmica metodológica diversificada, buscando assim trabalhar de forma específica mas inclusiva pois suas metodologias devem visar a inclusão das dificuldades existentes em sua sala de aula. Para que isso ocorra de forma coerente o docente precisa saber diferenciar as classificações das necessidades especiais citadas nos PCNs que dá ênfase a definição de : “portadores de deficiência mental, visual, auditiva, física e múltipla; portadores de condutas típicas (problemas de conduta); portadores de superdotação.”(PCNS,1998).

Ao definir um aluno que apresenta necessidade especial voltada a deficiência os PCNs abordam a Superdotação como notável desempenho e elevada potencialidade intelectual e acadêmica. Já ao definir o aluno com deficiência física aponta o discente que apresenta:”Variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ...e malformações congênitas ou adquiridas.”(PCNs,1998).

Lembremos também que o documento ao tratar a definição de deficiência visual vem apresentar a seguinte afirmação “É a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica.”(PCNs,1998), Mas como o objetivo deste trabalho é a deficiência auditiva vamos nos ater a sua definição que segundo os PCNs é considerado portador desta necessidade o aluno que apresente “Perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido.”(PCNs,1998).

Para que ocorra uma inclusão adequada dos alunos portadores de deficiência auditiva deve se adotar uma política voltada para a preparação dos profissionais envolvidos nesses contexto educacional visando cumprir as normas expressas na LDB(1996) que afirmam em seu “artigo1º: Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.”, incluindo assim o publico alvo de nossa pesquisa, não esquecendo de citar que a Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1996 , onde podemos afirmar que com relação à educação especial a mesma garante na teoria o suporte e o aparato necessários para atender as peculiaridades dos alunos PNEE, bem como a capacitação de profissionais para atendê-los de forma satisfatória.

Tais questões serão aqui abordadas e discutidas visando um maior entendimento da realidade encontrada hoje, dando maior ênfase a educação especial do aluno com necessidade especial voltada para a deficiência auditiva.

CAPITULO II

2.1-HISTÓRICO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASIL:

Podemos afirmar que a inclusão educacional de estudantes com necessidades educacionais especiais vem sendo temática de muitos debates, sendo importante salientar que na maioria dos países elas seguem uma evolução semelhante, nos anos 60, segundo SANTOS(2012) “...caracterizado pela segregação e exclusão, a "clientela" é simplesmente ignorada, evitada, abandonada ou encarcerada, quando não exterminada.”, sendo assim retrato de um momento em que o ambiente escolar era dividido entre alunos normais e alunos com ‘deficiência’, separando-os e diferenciando as metodologias adotadas e os recursos utilizados para proporcionar a oportunidade de ensino-aprendizagem.

Nos anos 80, podemos perceber a valorização da idéia da inclusão, isto porque a criança passa a ser percebida como detentora de certas capacidades, mesmo que limitadas, segundo afirma Santos(sem data) “Em função desta modificação, ocorre o que poderíamos chamar de velha integração”, uma forma mascarada de integração, algo que a autora define como um momento em que :

“Os excluídos começam a ser integrados a certos setores sociais, mas ainda predomina um olhar de tutela, e a prática correspondente, no que lhes diz respeito, muito embora já não seja mais a de rejeição e medo, ainda seria excludente, na medida em que se propõe a "protegê-los", utilizando-se, para tanto, de asilos e abrigos, dos quais estas pessoas raramente saíam, e nos quais seriam submetidas a tratamentos e práticas, no mínimo, alienantes.”(Santos, ‘sem data’).

Desta forma não há nenhum reconhecimento ao valor humano, ignorando totalmente seus direitos constitucionais, impondo assim um ambiente com estímulos educacionais impróprios para muitos indivíduos ali presentes. Nesta realidade situada no início do século XX, pode-se destacar o desenvolvimento de um terceiro momento que vem buscando reconhecer os direitos e incluir os indivíduos, com o objetivo de desmistificar certos preconceitos “fundados na ignorância sobre as diferenças da espécie humana”(Santos,2012), este momento traz aos povos uma reflexão voltada a um mundo mais democrático com menos discriminação, priorizando a vida pela igualdade de direitos entre os indivíduos, nesta nova realidade defende-se então a existência de uma educação mais voltada para “abranger o mais variado tipo de alunado e que possa, ao mesmo tempo, oferecer o mesmo conteúdo curricular,

sem perda da qualidade do ensino e da aprendizagem”(Santos,2012) isto ocorre em concordância com a integração citada na declaração Salamanca, que objetiva incluir uma nova clientela a essa realidade de inclusão social.

A Confere

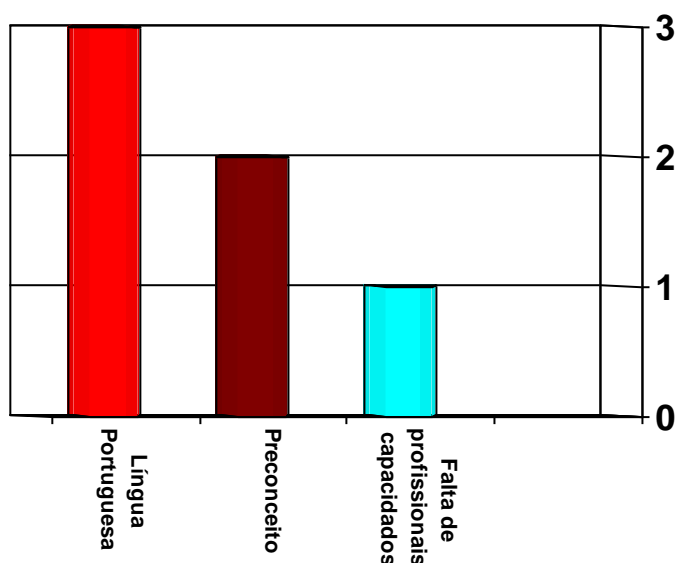
ncia de Salamanca, ocorrida em 1998, um marco na inclusão social, isto ocorreu porque devido a essa resolução das Nações Unidas em 1990, ter provocado uma mudança na prática e na política educacional, isto porque ela apresenta procedimentos que visam a equalização de oportunidades para pessoas portadoras de deficiências. Segundo nossas análise esse documento é considerado mundialmente um dos mais importantes documentos que visam a inclusão social, passando a incluir um conceito de necessidade educacionais especiais na realidade das instituições educacionais buscando a inclusão de todos os diversos tipos de indivíduos na educação regular. Segundo a Declaração de Salamanca:

“Esta maneira, o conceito de "necessidades educacionais especiais" passará a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.(Unesco,1998)

Assim, com a criação deste documento, as Nações Unidas desmistificam a idéia de que as pessoas portadoras de deficiência não acompanhariam o desenvolvimento educacional da escola de ensino regular, provocando assim na realidade atual a necessidade de uma aproximação entre o ensino regular e o especial, um método educacional que abranja a nova concepção de aluno com “necessidades educacionais especiais” sobre esta afirmação, Santos diz que “todos nós possuímos ou podemos possuir, temporária ou permanentemente, "necessidades educacionais especiais". E, se assim o é, então não há porque haver dois sistemas paralelos de ensino”, onde é importante unificar as metodologias destas duas vertentes, objetivando oferecer aos estudantes um ensino de qualidade e igualitário conforme expresso na declaração de Salamanca.

2.2-INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM SALAS DO ENSINO REGULAR UMA VIVÊNCIA REAL

Várias são as polêmicas existentes em volta da inclusão de pessoas com necessidades na classe regular de ensino, principalmente quando falamos da deficiência auditiva. Esse problema ou dificuldade de perceber através da via auditiva os sons da fala, ainda provoca inúmeras discussões no campo educacional. De acordo com a pesquisa realizada os Alunos com dificuldades educacionais apresentam diversas dificuldades em seu processo de inclusão; como o representado no **gráfico 1** a seguir:



Leis importantes versam sobre o direito de inclusão da pessoa com deficiência, consideram que o aluno com necessidades especiais educacionais como os portadores de deficiência auditiva uma exceção possível no processo de inclusão nas classes redes de ensino regular, porque estes alunos necessitam de adaptações comunicativas, como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para que eles possam acompanhar o que é dito em sala de aula. Sabe-se que a escolarização do aluno com deficiência auditiva vai muitíssimo além da língua, a escola precisa indicar atividades que tenham significado para as crianças em geral e que possam ser compartilhadas com os alunos com deficiência auditiva essas crianças necessitam de ambientes educacionais estimuladores, desafiadores de seus pensamentos e de suas capacidades. como podemos ver no gráfico abaixo:

Como citado pela mãe do aluno em entrevista quando questionada sobre: ‘Qual a dificuldade encontrada nesse processo de inclusão de seu filho em que nas instituições que você passou?’ a mesma afirma que :

“O preconceito é o maior de todos, mas também tem a falta de material, a falta de interprete, é um complexo, como eu te falei ta melhorando, só que ainda falta, sabe

porque a principio quando o professor sabe que vai ter um DA em sala ele fica todo alvoroçado porque não tem pessoas preparadas, não é que não tenha pessoas preparadas, mas a dificuldade de você encontrar é grande e outra coisa assim por ter uma criança portadora de necessidade especial na sala já te deixa assim, eu acredito que ele fica inseguro em relação a isso, mas ta melhorando.”(mãe do aluno W,2012)

Ao afirmar sobre a atitude do professor diante da expectativa de receber um ANEE com DA(Deficiente Auditivo) ela exemplifica o afirmado por Raposo:

“Infelizmente, a Universidade não prepara o Professor para lidar com essas crianças, por outro lado a Escola também não contempla, na formação continuada, dar conta desta questão e capacitar os Professores e Funcionários de Apoio para de fato tornar a inclusão uma realidade.”(Raposo,2012)

Outro fator importante lembrado na fala da mãe é que atualmente pode-se afirmar que ainda existem casos de preconceito com ANEE, isto desenvolve neles certa dificuldade em se entrosar, principalmente com, portadores de DA que ainda possuem o agravante da utilização da Linguagem de Sinais para se comunicar, e muitos colegas não possuem o conhecimento necessário para dialogar de forma interativa com eles. A autora também trata sobre esta temática ao afirmar que:

“Levando em consideração que o deficiente auditivo é tão antigo quanto o homem, percebemos que com o passar do tempo o que variou foi a forma como cada civilização se comportou diante do ser “diferente”. Assim, o mesmo não precisa ser incluído, pois ele está incluído apesar de toda discriminação da qual sempre foi vítima. Incluso em uma sociedade discriminadora e preconceituosa, o deficiente auditivo assim rotulado passa a necessitar de auxílio dos membros desta sociedade que o rejeita para sua sobrevivência” o desenvolvimento. (Raposo,2012)

Existem muitos relatos de alunos ditos ‘normais’ que zombam e humilham o DA por suas dificuldades e diferenças. Ações como as citadas ilustram a afirmação da mãe entrevistada, que mesmo diante das dificuldades, continua otimista com a política inclusiva atual, isso ocorre porque ela pode vivenciar diferentes momentos educacionais em que seu filho pode estar envolvido. Quando questionada sobre se ‘Ele sempre estudou na escola regular ou ele já estudou em uma classe especial?’ afirmou:

Ele estudou no Seab, lá era uma escola de surdos e a vantagem é de você chegar lá e ter profissionais completamente preparados para lidar com surdos e a desvantagem que você sente que ele vive no mundo só dele, você sente que ele também sentiu, eu notava nele que ele não queria vestir a camisa da escola, porque ele notava que era diferente com o passar do tempo eu percebi que ele seria perfeitamente capaz e o caso dele era de ele estar em uma escola regular e não em uma escola só de surdos... É um processo lento ainda há muito o que se fazer, porem acredito que seja o primeiro passo pois no caso do DA, que é o caso do Wesley, ele não tem motivo para estar em sala separada, o benefício melhor é você sentir que seu filho é tão capaz quanto uma pessoa normal qualquer.(mãe de W, 2012)

A afirmação anterior ilustra a proposta presente na declaração de Salamanca(1996) que afirma que:

“Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem...cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias”(Unesco,1998).

Diante disso se mostrou uma mãe atuante e informada, pois a mesma citou na entrevista estar ciente de leis que amparam seu filho a frequentar o ensino regular, afirmando que:

O que eu acho que deveria ser feito é que como libras se tornou assim,é que pouca gente sabe daquela lei que foi dizendo lá que a libras é obrigatória a partir deste ano então porque foi pouco divulgado, em 2012 praticamente todos teriam que ter no comercio uma pessoa sabendo libras para interagir de acordo com a lei né a partir deste ano,não aconteceu então acho que foi pouco divulgado as pessoas tem poucas instruções em relação a Libras.(Mãe de W,2012)

Esta Lei mencionada pela mãe entrevistada é a presente Lei no artigo nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa lei exige a obrigatoriedade da oferta de LIBRAS no currículo oficial da rede de ensino, em todas as etapas e modalidades da educação básica, isto fortalece a adoção de concepções que amparam a necessidade da presença de um intérprete de LIBRAS em contato com o aluno surdo dentro da escola, permitindo assim o acesso à língua de sinais, cultura e identidade surda, facilitando assim a aquisição e ampliação de conhecimentos pelo DA como no caso do aluno da escola pesquisada como citado pela mãe:

“...a minha amizade com a interprete intermediadora do Wesley ajudou bastante também porque a gente ficou muito ligado isto também tem nos dado um grande avanço , porque no começo a gente não tinha isso”(mãe de aluno W, 2012)

Ao refletirmos sobre a afirmação final da mãe ‘antes não era assim’ podemos afirmar que ela vivenciou no passado a existência de um ensino que considerava os alunos surdos eram como incapazes de serem ensinados, por isso eles não frequentavam escolas, havendo assim grandes controvérsias sobre os melhores métodos para educá-los, o método oral e o manual de comunicação foram às principais controvérsias, hoje as abordagens de comunicação incluem três métodos: oral auditivo, soletração com os dedos e comunicação total, métodos esses adotados pela escola pesquisada pois pode-se perceber na fala da mãe trechos que exemplificam esta metodologia:

“Escolhi a escola Juvêncio após uma longa análise e diversas conversas com os responsáveis pela educação especial, estou satisfeita com a escolha que fiz porque há uma interação entre o Wesley os professores e alunos da escola...O

que me chamou a atenção é a forma como eles são envolvidos com ele ,como eu te falei eu pesquisei praticamente um ano inteiro antes de ele vir para cá e só o fato dele estar em envolvimento com as famílias já despertou a vontade de vir para cá...”

Diante desta participação constante da mãe do DA em questão pode-se afirmar que é válido e importante a participação da família na integração escolar e social do indivíduo, isto porque, segundo afirma Góes (1989,p.83) , "não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez", tudo depende das possibilidades e oportunidades oferecidas pela família para seu desenvolvimento, ela possui um papel importante e fundamental no trabalho de estimulação do aluno, sendo de necessidade extrema que se trabalhe com o envolvimento de toda a família no processo de estimulação para que todos possam sentir-se capazes de ajudar e se responsabilizarem pela educação da criança surda, que por sua vez deve ser vista em sua totalidade dentro do contexto familiar. Isso ilustra a afirmação da Sra. Dulcilane que diz que a participação da família na vida escolar do Wesley deixa a desejar devido a falta de conhecimento da Linguagem de Sinais, isto interfere diretamente na vida da criança, pois diante da tarefa escolar ela se vê muitas vezes desamparada devido:

“a dificuldade maior é em relação a ensinar tarefa assim, porque quando eu não estou presente ,minha irmã sabe um pouquinho mas as vezes ele vem sem fazer tarefa porque ele tem pessoas que cuidam dele, mas não sabe Libras, para que possa ensinar para ele.”

A Declaração da Salamanca afirma que sem dúvida nenhuma a família deve ser considerada como um companheiro a mais da comunidade escolar na inclusão sócio educativa do aluno com DA. Essa parceria é valiosa, pois isto destaca que todos os envolvidos estão cientes de seu papel no processo educacional dessas crianças.

Ao entrevistar a professora Mediadora/interprete podemos identificar concepções que abordam a importância da presença do intérprete de LIBRAS na sala de aula regular, reconstruindo o significado dos conteúdos propostos, ensinando novos conceitos e permitindo a construção da identidade surda, isto ocorre pois segundo ela o professor interprete é um auxiliar do professor regente que através de metodologias adicionais eles auxiliam o professor na execução do planejamento incluindo indiretamente o DA as aulas ministradas :

“... devemos ter acesso ao planejamento do professor, porque antes na sala de aula a gente vai saber do que está se tratando porque se tiver que pegar uma imagem alguma coisa para que possamos explicar melhor para o aluno, não é que a gente vai mudar. Nos não vamos mudar e que o raciocínio do aluno surdo é visual agente tem que estar vendo, outro dia na aula de Geografia a professora estava falando sobre atmosfera sobre a mudança e tempo ai eu lembrei para o Wesley um dia que deu um vento então assim eu coloquei para ele esta situação então ele assim sempre tem que ter a imagem ou você coloca um exemplo, a imagem um desenho, a cena ...”(professora mediadora,2012)

Salientando assim que a importância da presença da professora mediadora e intérprete de LIBRAS nas salas de aula, na realidade atual, cumprindo assim o exposto na Lei n.º 10.436 que afirma que as escolas têm o dever de:

“III - prover as escolas com o profissional Tradutor e Intérprete de LIBRAS e Língua Portuguesa, como requisito de acessibilidade à comunicação e à educação de alunos surdos em todas as atividades didático-pedagógicas;
IV - viabilizar o atendimento educacional especializado para alunos surdos;”(Presidência da República,2002)

Sendo então de suma importância que as aulas planejadas para serem aplicadas na sala de aula devem valorizar o uso de instrumento de comunicação, troca, reflexão, crítica, posicionamento e oportunizando ao deficiente auditivo total significar sua interação com outro. Como afirma a professora entrevistada:

“... no caso são os professores que trabalham com o aluno surdo, tanto é que os professores não têm nenhuma mudança em relação ao conteúdo do aluno, que é o mesmo que o aluno ouvinte. Eu como intérprete posso estar auxiliando, com a imagem a figura o processo de compreensão dele tem uma certa diferença é mais lento, mais visual mas não que ele não tenha capacidade de aprender como o ouvinte porém é o processo mais lento, as vezes tem surdo no caso da matemática é rápido ele aprende, o Português ele tem uma certa dificuldade. O Português, a Literatura é mais difícil ...”(professora mediadora,2012)

Sobre esta dificuldade apresentada pela professora a lei n.º10.436 mencionada anteriormente, afirma em seu artigo 9º ser importante que a escola apresente a :

“A modalidade escrita da Língua Portuguesa para Surdos na Educação Básica deverá ser ministrada em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

I - atividade ou componente curricular específico na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e

II - área de conhecimento, como componente curricular, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Art. 10. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na Educação Básica, deverá ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, em turno distinto ao da escolarização, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.”(Presidência da República,1996)

Esta escola utiliza-se da metodologia da sala de recursos duas vezes por semana para tentar auxiliar os alunos DA na aquisição da Língua Portuguesa, isso fica claro na afirmação da mãe , referente ao uso desta metodologia:

“Na época eu não conhecia o trabalho da multifuncional daqui, mas a de Guia Lopes eu sei mais ou menos como funciona por ter vivido mais ou menos esta experiência em Guia Lopes, porque a multifuncional é um apoio para o português, porque para aprender libras e o português na sala de multifuncional, pois para mim foi o essencial, porque lá em Guia Lopes fazia mais de dois anos que ele tava frequentando, como o português é a disciplina mais difícil ele tem a necessidade de estar interagindo na sala multifuncional.”(Mãe do aluno W ,2012)

Considerando as declarações da mãe podemos perceber a importância da aprendizagem através do contato direto com os falantes dessa linguagem, no caso a Língua Portuguesa, nesse sistema ele fará uso da leitura oral e facial e exercitará a expressão e a escrita em classes especiais com apoio de salas de recurso e em classes comuns com o apoio do mediador/interprete, o professor e os colegas.

Portanto é importante que se compreenda a necessidade de conscientização de que nenhum aluno percorre só, o caminho do aprendizado, a influência de outra pessoa se faz necessária para que ocorra um desenvolvimento de sucesso. No caso do DA essa promoção acontecerá na presença da língua de sinais e da adoção de um intérprete de LIBRAS ou professor, isto porque a educação atual não prepara os alunos ouvintes para interagir de forma efetiva com o aluno surdo, não promove uma inclusão total do indivíduo e sim paralela que irá envolver constantemente a participação da professora mediadora.

Para que este processo de inclusão seja realizado de forma satisfatória deve-se reconhecer a importância da integração ANEE, sendo que essa ação deve se tornar muito mais do que incluí-los em uma escola regular, mas deve mobilizar os indivíduos na busca pela construção de conhecimentos que levem a comunicação ativa entre ouvintes e surdos.

Com relação ao ensino e aprendizagem dos alunos surdos em uma escolar regular sabe-se que a escola comum precisa armar-se de recursos que tornem viável o processo de inclusão, envolvendo assim ações que assessorem aluno e família em relação à língua de sinais, como ocorre com na escola analisada, podemos afirmar isso devido a fala da professora:

“Se o aluno não possui Libras o que vai acontece você terá que ter uma aproximação uma aceitação do aluno, você terá que criar uma estratégia para que este aluno venha a ver a importância da Libras na vida dele tem que surgir do aluno o interesse em aprender” (professora mediadora,2012)

A escola regular deve dispor de material concreto e visual que sirva de apoio para garantir a assimilação de conceitos novos item de suma importância na aprendizagem de todos os alunos, mas principalmente para os alunos com deficiência auditiva porque segundo a professora mediadora :

“...o surdo de só você olhar ele com uma certa indiferença ou com dó ou com raiva ele entende a expressão independente dele ter Libras ou não ...o raciocínio dele é visual conforme ele esta falando ele visualiza, se inteirando com o olhar” (professora mediadora,2012)

Sendo importante diante desta realidade que a escola se prepare para encarar esta nova realidade promovendo ações que estimulem o contato entre professores que tenham vivenciado situações semelhantes; com a mediação e orientação de professores da Educação Especial -

itinerantes ou de salas de recursos, podendo assim ser feitas e estimuladas reuniões para trocar de experiências e esclarecimentos de dúvidas.

2.3- A LÍNGUA PORTUGUESA E OS ALUNOS DEFICIENTES AUDITIVOS TOTAL

Após a realização das entrevistas e ao identificamos uma problemática existente na inclusão do aluno Deficiente Auditivo, como já foi citado anteriormente, que é a aprendizagem da Língua Portuguesa, a resistência e a dificuldade que os envolvidos encontram ao se deparar com a aquisição de mais esta linguagem, no intuito de proporcionar a estes alunos a interação comunicativa com o mundo a sua volta.

Diante desta realidade no processo de inclusão social, o governo federal propõe que as escolas promovam a criação de um sistema “... de ensino poderão organizar classes de educação bilíngüe, em que a LIBRAS seja a língua de instrução e a Língua Portuguesa seja utilizada no desenvolvimento de todo o processo educativo...”(art.14,Lei Federal)

A maioria dos professores ao se deparar com esta realidade busca explorar elementos visuais para ensinar Língua Portuguesa escrita aos alunos.

Como citado pela professora mediadora e interprete:

“...o raciocínio do aluno surdo é visual agente tem que estar vendo, outro dia na aula de Geografia a professora estava falando sobre atmosfera sobre a mudança e tempo ai eu lembrei para o Wesley um dia que deu um vento então assim eu coloquei para ele esta situação então ele assim sempre tem que ter a imagem ou você coloca um exemplo, a imagem um desenho, a cena...”(professora mediadora, 2012).

Podemos afirmar que a realidade inclusiva dos deficientes auditivos traz a tona uma nova preocupação para os professores regentes o de “Ensinar uma língua escrita para quem desconhece a oralidade é um desafio para todos os professores com alunos surdos em suas turmas.”(Ciência Hoje.,2011), isto ocorre porque as principais dificuldades não derivaram da surdez e sim do desconhecimento da Língua Portuguesa falada. Segundo a revista ‘input Sueli Fernandes(revista ciência hoje, 2011). Teóricos afirmam que ‘Uma criança ouvinte aprende a ler e a escrever geralmente por meio da associação de letras e sílabas aos fonemas que cada sinal gráfico representa. Isto fica claro na afirmação da professora/interprete ao ser questionada sobre as dificuldades enfrentadas pelo aluno na inclusão ao ensino regular:

" O Wesley tem uma resistência ao Português, falta de concentração totalmente,"... ele " é uma criança normal, ele é desinibido, não tem vergonha..." (professora mediadora , 2012).

Fato esse também mencionado pela mãe:

“Todos eles reclamam que não gostam de português, mas por ser a segunda língua, é porque é como a gente estuda aqui uma frase inteira é definida em um sinal, a língua portuguesa para eles é dificultoso por causa disso.”

Isto ocorre com o deficiente auditivo porque ele é incapaz de encontrar correspondência entre imagem e som, sendo assim a sua aprendizagem deve considerar o ensino das palavras, como podemos perceber na sociedade atual boa parte desses estudantes comunicam-se com a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e diante desta realidade a mãe afirma que, para o:

“...o português em si é muito complicado, a Libras não é que ela é complicada ela é um pouco difícil para a gente porque igual para o surdo como a nossa língua é o português a Libras é a primeira língua isso torna o português é difícil para ele...” (mãe do aluno W, 2012)

Naturalmente a inclusão na sua fase inicial provocará nas escolas que atendem os alunos com deficiência auditiva, a mudança de estratégias utilizadas no desenvolvimento curricular buscando oportunizar a todos um ensino bilíngue, como mencionado anteriormente, procurando atentar para o fato de que alunos e professores precisam comunicar-se em língua portuguesa (falada ou escrita) como também em língua brasileira de sinais (LIBRAS).

Não se pode esquecer que a LDB(Lei de Diretrizes e Bases) e os PCNs visam conscientizar a sociedade de que o atendimento especializado deve abranger todas as dificuldades educacionais existentes no ambiente escolar

“A expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s)”(PCNs,1998,p.95).

É fundamental observar que as necessidades especiais na escola são amplas e diversificadas, portanto define-se como “portador de necessidades aquele que “... por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas.”(PCNs,1998) , sendo trabalhado de forma inclusiva, mas não se esquecendo de respeitar suas limitações, exigindo do professor mais dedicação ao preparar suas atividades e tarefas em sala de aula.

As afirmativas antecedentes levam a conclusão que o aluno com necessidade educacional especial auditiva deve cursar o sistema regular de ensino, porque é um cidadão

com os seus direitos iguais aos de qualquer outro, e necessita aprender e conhecer a língua portuguesa do modelo lingüístico nacional, pois é em um espaço de ouvintes que ele irá interagir e conviver sempre. Fato esse que exemplifica a dificuldade apresentada pelos surdos ao desenvolverem as atividades propostas em sala de aula com base no aprendizado de língua portuguesa enquanto que em relação a outras disciplinas, já que o surdo não apreende plenamente o idioma em que o conteúdo das aulas é ministrado. Portanto o maior desafio para o aluno surdo e para a escola é que ele possa ter as oportunidades de compreender e aceitar a língua portuguesa como aprendizado social.

Nesta perspectiva o aluno incluso deverá ser estimulado a interagir com a sala e com o conteúdo de aprendizagem conquistando aos poucos seu interesse e motivando-o e envolvendo-o na sua construção de conhecimento de forma efetiva.

3-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a conclusão da pesquisa percebemos que o tema inclusão se faz presente no dia a dia da escola, família, aluno e dos professores envolvidos na pesquisa, sendo importante ressaltar que a instituição busca cumprir seu papel sócioeducativo, acolhendo e matriculando todos os alunos, livre de suas diferenças ou necessidades.

Para atender a demanda de alunos DA e a necessidade de intérpretes, a Secretaria de Educação do município de Jardim-MS criou as Escolas Pólo, localizadas em pontos estratégicos do município para incluir alunos com deficiência auditiva. Esta escola conta com intérpretes para as aulas nas turmas regulares.

Contudo, isso não tem sido o suficiente para o desenvolvimento adequado dos alunos com necessidades educacionais especiais, as escolas ainda apresentam dificuldades ao inserir alunos ANEE em sala, pois seus profissionais não são capacitados para criarem condições adequadas para a efetivação da aprendizagem e desenvolvimento das potencialidades de cada um.

Sabe-se que a inclusão do portador de necessidade auditiva na sociedade atual é um grande desafio para o sistema educacional, já que ocorre o preconceito, a falta de educadores qualificados e ambiente adequado para o atendimento dos mesmos, de acordo com a LDB(1996) e nos PCNS(1998), documentos que norteiam a educação inclusiva no Brasil.

Apesar de todos os problemas encontrados, pode-se perceber que mesmo diante das adversidades, a instituição busca se adequar a essa nova realidade, pois a mesma proporcionou ao aluno em questão a oportunidade de intermediação comunicativa através da disposição de uma profissional voltada a auxiliá-lo no desenvolvimento educacional e na tentativa de inclusão à turma.

Entendemos que o maior problema encontrado durante esta pesquisa foi a inclusão parcial do aluno, isto ocorre devido a dependência constante da interprete para que haja comunicação entre o aluno e seus colegas, causando uma barreira na interação entre eles. Cabe ressaltar que este problema pode ser resolvido de forma dinâmica, ou seja, os educadores podem amenizar as diferenças e desigualdades aproximando as crianças entre si e oportunizando vivências favoráveis de exercício de comunicação, conscientizando a todos os envolvidos nesse processo de educação inclusiva tem como principal desafio o sucesso de todos os alunos, sem exceção. E para que isso ocorra, os educadores que precisam transformar suas aulas em espaços prazerosos, onde tanto eles como os alunos sejam cúmplices na aprendizagem, realmente motivadores de novas habilidades e tipos de conhecimento.

Nesta perspectiva acreditamos que os docentes envolvidos necessitam adquirir uma metodologia diversificada que envolva o uso de imagens no momento da aprendizagem, incentivando a exploração constante de atividades de compreensão das ilustrações envolvendo os alunos como um todo.

Outra ação que já vem mostrando-se válida é a inclusão do ensino de Língua Portuguesa escrita e Libras para toda a turma, criando assim um ambiente de completa interação, acabando com a sensação que o aluno com deficiência auditiva total tem de estar em uma sala separada e não fazer parte da turma, isto ocorre devido a separação de metodologia entre professor regente e professor mediador, como o diagnosticado na escola pesquisada, o uso de imagens é muitas vezes adotada pela mediadora de forma separada, excluindo mais o aluno e causando nele a ideia de que seu aprendizado ocorrerá de forma individualizada.

Para que haja uma mudança nesta realidade vivenciada pelo portador de deficiência auditiva se faz necessário a adoção de jogos que envolvam o conteúdo ministrado pelo professor, sendo válida também atividades de fixação de cartazes, imagens e sinais, e leitura

de textos para as crianças interpretando-as em Libras, propondo aos poucos, as leituras e interpretações na língua de sinais pelos próprios colegas ouvintes.

Podemos perceber que o despreparo da maioria dos professores em receber um aluno deficiente é evidente, mesmo diante das políticas educacionais propostas pelo Governo, a situação de inclusão provoca reações diversas, causando no aluno com perda auditiva, assim como os demais que apresentam necessidades educacionais especiais a percepção clara de que ainda existe falhas do sistema.

Não podemos esquecer que isto só mudará se houver um investimento mais preciso na formação dos professores regentes, estes devem estar preparados para interagir e proporcionar ao DA a oportunidade de participar como construtor de seu conhecimento e não apenas como receptor de informações transmitidas pelo mediador/interprete.

É evidente que o docente tem uma função que está relacionada com a valorização das diferenças, porém o que tem ocorrido é que o educador não sabe como atuar com os estudantes surdos, ficando muitas vezes angustiado diante dos mesmos e de suas dificuldades comunicativas, criando um agravante no processo de comunicação e de educação destas crianças.

Com base nos resultados desse estudo, concluímos que a maioria dos professores desconhece informações básicas que podem ser fundamentais para o bom desenvolvimento do aluno com perda auditiva incluído na sala de aula regular, a partir do momento em que os educadores tiverem a consciência da sua importância no processo da inclusão e da necessidade da adoção de atitudes simples que possam auxiliar no desenvolvimento desse aluno, os mesmos poderão agir como agentes multiplicadores, repassando informações, procurando apoio e intervindo com maior propriedade.

Para que isso ocorra o trabalho de formação continuada deve ser feito de forma efetiva e constante possibilitando assim a diminuição da ansiedade e da insegurança dos professores e gestores educacionais no que tange à inclusão dos alunos surdos/ deficientes auditivos, uma vez que esses se tornam potenciais multiplicadores, formando e informando os demais alunos, pais e/ou responsáveis, bem como toda a comunidade escolar.

BIBLIOGRAFIA:

BATISTA, C. A. M., MANTOAN, T. E. M. **A escola comum: seu compromisso educacional**. In: Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para deficiente mental. Brasília. MEC, SEESP; 2006.

BRASIL. Lei no 9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **“Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Especial** .Brasília MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Deficiência auditiva / organizado por Giuseppe Rinaldi et al.** ? Brasília: SEESP, 1997.

FERREIRA, J. R. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. Cadernos CEDES, Campinas, v. 19, n. 46, p. 7-15, 1998.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados, 1996.

MEC/ Secretaria de Educação Especial. Política nacional de Educação Especial. Brasília, MEC, 1994.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

UNESCO, **Declaração De Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.

Artigos em Sites:

PORTAL EDUCAÇÃO – **“A-inclusao-do-deficiente-auditivo-na-escola”** em 26/02/2011 no site <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/> .Acesso em:25/10/2012

YANO, Célio. **“Falta dar ouvido ao surdo”**. Publicado em 28/02/2011 no site <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2011/02/falta-dar-ouvido-ao-surdo>. Acesso em:15/10/2012.

ANEXO

ENTREVISTA COM O ALUNO

- 1) Qual é o seu nome completo?
- 2) Qual a sua idade?
- 3) Em que cidade mora e endereço?
- 4) Quanto tempo está nesta escola?
- 5) Você sempre estudou no ensino regular ou já chegou a estudar em classe especial só com portadores auditivos? Cite as vantagens e desvantagens.
- 6) Para você conseguir vaga no ensino regular teve dificuldade? Cite quais foram as dificuldades
- 7) O que você acha mais difícil na disciplina e na sala de aula? O que chamou atenção para a escolha desta escola?
- 8) Gosta de estudar nesta escola? Por que?
- 9) Quando você egressou nesta escola os professores estavam preparados para atender os portadores auditivos?
- 10) Como é o seu relacionamento com os colegas, a sua instrutora mediadora e os professores?

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

- 1) Qual é a sua formação?
- 2) Quantos anos de profissão possui na educação ?
- 3) Quanto tempo leciona nesta escola?
- 4) Já teve experiência com alunos portadores auditivos incluídos sem auxílio do mediador intérprete?
- 5) Tem conhecimento em Língua de Sinais?
- 6) O professor ou instrutor mediador recebe algum tipo de assistência ou assessoramento nas atividades pedagógicas para aprimorar o atendimento dos portadores de necessidades especiais?
- 7) Qual é a sua metodologia que utiliza para trabalhar a inclusão do seu aluno no ensino regular?
- 8) Você tem facilidade de se comunicar com os seus alunos?
- 9) A metodologia aplicada para com o seu aluno está de acordo com o seu ambiente de trabalho?
- 10) Como é analisada o papel da família nesse processo de alfabetização?

ENTREVISTA COM A FAMÍLIA

1. Qual o seu grau de parentesco ?
2. Qual é seu nome completo?
3. Qual foi o seu critério na escolha desta escola? Está satisfeita com a escolha?
4. Como você vê esse processo de inclusão no ensino regular dos portadores? Trouxe benefícios?
5. Ao seu ver essa inclusão no ensino regular é melhor que do que uma instituição particular ?
6. Como é relacionamento e a interação familiar com portador auditivo?
7. Quais as dificuldades encontradas nesse processo de “INCLUSÃO” de seu filho em outras instituições que passou? Há um bom atendimento?
8. Para você em que parte do processo inclusão social precisamos melhorar?
9. A direção da escola ou instrutor mediador faz um relatório semanal ou mensal do desenvolvimento do seu filho?
10. Você está satisfeito com a escola?

